



Ascensão chinesa e reconfiguração da disputa central de poder contemporânea: Consenso de Pequim e posicionamentos da Política Externa Brasileira para a articulação do processo de integração sul-americano

Chinese rise and reconfiguration of the contemporary central power dispute: Beijing consensus and Brazilian Foreign Policy positions for the coordination of the South American integration process

DOI: 10.21530/ci.v14n3.2019.955

Frederico de Almeida Castro Marinho¹

Resumo

As relações internacionais contemporâneas são estruturadas e influenciadas por uma correlação de poder distinta da predominante na esteira do final da Guerra Fria e dos anos imediatamente subsequentes àquele momento histórico. Aspecto marcante é a ascensão da China, cujo acúmulo de poder a coloca como ator essencial para a reestruturação do sistema internacional, o que contrasta o poder hegemônico norte-americano. Essa situação favorece a conformação de novos espaços de concertação para ocupação e projeção de poder, nos quais se observa o adensamento das relações entre países não desenvolvidos, no âmbito da formulação do conceito de Sul Global. Esse processo de consolidação da China como polo de poder e da singularidade dessa inserção no sistema internacional nos últimos anos suscitou a ideia de um Consenso de Pequim como alternativa aos Estados Unidos, leitura com uma conotação pejorativa de dominação em relação aos países do Sul Global. Assim, por meio

1 Doutor em Economia Política Internacional pela UFRJ. Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Foi pesquisador visitante na Columbia University (SIPA). Servidor Público, Pesquisador e Professor Colaborador do Mestrado do Inmetro. As opiniões expressas não refletem, necessariamente, as do governo brasileiro.

Artigo submetido em 17/05/2019 e aprovado em 19/11/2019.





de fundamentação teórica baseada no Realismo Ofensivo e na perspectiva do Poder Global, centra-se prisma investigativo na Política Externa Brasileira, com o objetivo de analisar os desdobramentos desse processo e suas implicações para a projeção brasileira de poder na dimensão regional sul-americana nos últimos anos.

Palavras-chave: China; Consenso de Pequim; Estados Unidos e Disputa Hegemônica; Brasil; Integração Sul-Americana.

Abstract

The contemporary international relations are structured and influenced by a different correlation of power than the one at the end of the Cold War and the years immediately after that historical moment. One of the most significant aspects is the rise of China and its accumulation of power that places the country as an essential player for the outline of the new international framework, which challenges the hegemonic power of the United States. This situation favors the shaping of new spaces of coordination for power projection that enhances relationships among undeveloped countries within the formulation of the Global South concept. This process of the consolidation of China as a power pole and the uniqueness of its international projection in the last few years spurred the Beijing Consensus idea as an alternative to the *status quo*, an approach with a negative connotation of domination towards the countries of the Global South. Thus, based on the Offensive Realism and on the Global Power theoretical contributions we focus the research on the Brazilian Foreign Policy perspective in order to analyze the ramifications of this process for the Brazilian power projection in the South-American sphere in the last few years.

Keywords: China; Beijing Consensus; United States and Hegemonic Struggle; Brazil; South-American Integration.

Introdução

A dinâmica entre Estado e sociedade na China é singular, com elementos seculares que perpassam mudanças organizacionais, transformações tecnológicas e interações com o Ocidente. Contemporaneamente, as tentativas de imprimir novas dinâmicas entre as atividades do setor público e do privado e entre o mercado doméstico e o externo ficaram conhecidas como economia de mercado socialista ou também como capitalismo de Estado, termos empregados para retratar o quadro econômico chinês desde o governo de Deng Xiaoping (1978-1990) (KISSINGER, 2013; VIZENTINI, 2011). Acerca de um possível arejamento do





dirigismo estatal, a repressão aos protestos populares ocorridos na praça da Paz Celestial (*Tiananmen Square*), em 1989, foi emblemática (FOOT, 2010). Segundo o embaixador Clodoaldo Hugoney, todavia, as relações entre o político e o econômico vêm sofrendo modificações, sobretudo com a transição para a quinta geração dos dirigentes do Partido Comunista da China (PCC) (GACINT, 2012).

Ao se observarem os dados do continuado crescimento econômico chinês desde o governo Xiaoping, com o crescimento anual médio do Produto Interno Bruto (PIB) chegando, no final do século XX, a quase dois dígitos de maneira perene por mais de uma década e se estabelecendo entre seis (6%) e oito (8%) por cento nos últimos quatro anos (2014–2017) (CIA WORLDFACT BOOK, 2018), nota-se que essa estratégia de crescimento da capacidade econômica interna e de inserção internacional vem sendo exitosa. Esse progresso material fortalece o incremento da posição chinesa como potência, o que seria, em grande medida, uma retomada dessa condição, após cerca de um século de subjugação aos ditames das grandes potências externas² (KISSINGER, 2015 e 2013; VIZENTINI, 2011).

Esse crescimento material das últimas décadas, com desdobramentos para as diversas áreas do país, contribui de maneira essencial para a consolidação, ou reconsolidação, da posição chinesa no cenário internacional. Há, por conseguinte, uma diminuição do déficit de poder entre esse país e os Estados Unidos, o que é significativo e favorece o recrudescimento da China como polo de poder singular, colocando-a como ator central na principal disputa de poder mundial. A maneira como se dá a interação entre esses dois países ocupa papel primordial nas relações internacionais contemporâneas e tem a capacidade de transformar estruturalmente o sistema internacional, o que afeta substancialmente as posições relativas de poder não apenas do Brasil, mas de todos os países. Considerando esse processo como pano de fundo sistêmico, o objetivo central do artigo é o de analisar os seus desdobramentos para os posicionamentos e para a articulação da Política Externa Brasileira (PEB) na dimensão da integração regional sul-americana.

A visão da China sobre sua posição na Ásia e no mundo remete à sua história civilizacional de ator central para as relações internas desse continente e às influências e dominações exercidas por séculos na região (BRESLIN, 2010;

2 A literatura aponta que a abertura forçada da China promovida por essas potências (*Open Doors Policy*) e os tratados desiguais impostos, bem como as influências políticas e as dominações territoriais, cujo início foi marcado, principalmente, pelas derrotas nas Guerras do Ópio (1839–1842; 1856–1860) e, posteriormente, pelas tentativas de resistência que culminaram na Guerra dos Boxers (1899–1900), comporiam os denominados cem anos de humilhação sofridos até a revolução maoísta de 1949.





IKENBERRY, 2010). Essa perspectiva sinocêntrica de construção de sua narrativa histórica, de seus valores civilizacionais, da sua posição no mundo, abarcando também a relação milenar desse país com o Ocidente, assim como com os seus vizinhos (FRANKOPAN, 2017), apesar de considerada, não constitui o foco central desse artigo. O recorte e a abordagem analítica do objeto estudado situam a posição contemporânea da China expressa por meio de seus posicionamentos externos, em que se centra prisma investigativo a partir da perspectiva brasileira. A perspectiva analítica, dessa forma, não desconsidera a história civilizacional milenar chinesa, os matizes confucianos e as particularidades contidas nela, mas busca suas concepções e expressões, principalmente, nos princípios orientadores explicitados pela política externa, sobretudo após a revolução maoísta. A posição oficial esposada pelo princípio da ascensão pacífica³ combina-se com o de não hegemonia, o que busca evitar que se interprete a trajetória chinesa como sendo confrontacionista em relação aos Estados Unidos.

De maneira a problematizar as análises fundamentadas nessa retórica oficial e a tecer interpretações acerca da reconfiguração da principal disputa de poder contemporânea, a metodologia para elaboração desse artigo utiliza como marco teórico a perspectiva do Realismo Ofensivo e a do Poder Global. Examina-se a dimensão sul-americana considerando essa disputa sistêmica, à luz de análises qualitativas baseadas nas teorias explicitadas, em que se destacam os impactos e as conexões para o processo de integração regional a partir do prisma da PEB. Complementarmente, são averiguados, além da literatura que versa sobre o tema, relatórios oficiais, declarações conjuntas, acordos políticos e constitutivos firmados, fluxos de comércio e montantes de investimentos diretos realizados e estipulados. Por conseguinte, com vistas a adensar as interpretações que questionam a efetiva plausibilidade dessa retórica oficial em horizonte de tempo mais dilatado, as análises elaboradas no artigo em tela são aprofundadas, sobretudo por meio das leituras de Mearsheimer e de Fiori que, apesar de se coadunarem em alguns aspectos, como na centralidade conferida ao movimento de expansão internacional das potências em busca de poder, trazem argumentações e características específicas que contribuem para a compreensão do tema.

3 “Ascensão pacífica” ou “emergência pacífica” são termos recorrentemente encontrados na literatura que versa sobre o tema. No entanto, segundo o embaixador Clodoaldo Hugueney, o emprego do termo “desenvolvimento pacífico” seria mais adequado ao “reduzir o aspecto desafiador que a palavra ascensão poderia representar, sobretudo no plano regional” (GACINT, 2012: 02).





Ascensão Chinesa: concentração de poder e relação sistêmica com o Sul Global

A aproximação da China com os países não desenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960, mormente durante a consolidação do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), foi seguida de certa retração em relação a esses apoios ao mundo não desenvolvido, com uma volta mais introspectiva para a dinâmica interna, em que houve fortes e violentas repressões a opiniões e a atividades destoantes daquelas preconizadas pelo PCC, momento que ficou marcado com o advento da Revolução Cultural (1966-1976) (MOORE, 1983). Para o cientista político norte-americano Evan Ellis, a alteração da política econômica adotada pelo governo de Xiaoping, com o programa das Quatro Modernizações, também teria alterado a política externa daquele país, pois o PCC buscava maior alinhamento e confluência entre ambas (ELLIS, 2009). De maneira complementar, para o cientista político inglês Chris Alden, a política externa empreendida por esse governo teria se baseado na aproximação com os Estados Unidos, na preservação da política de Uma Única China, em relação à Taiwan, Hong Kong, Macau e Tibete, assim como nas tentativas de atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), sobretudo com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (ALDEN, 2007).

Apesar da intransigência na defesa da política de Uma Única China para a manutenção da unidade territorial, esse movimento chinês em busca de maior modernização econômica e maior projeção internacional estaria fundamentado, por sua vez, na ideia de uma ascensão pacífica (BRESLIN, 2010; VIZENTINI, 2011). Em outras palavras, trata-se de crescimento econômico, militar e de um maior protagonismo no cenário internacional que não fossem diretamente confrontacionistas com as posições dos Estados Unidos e das principais potências. Essa emergência se fundamentaria em cinco princípios basilares — soberania, não ingerência externa, não agressão, benefícios mútuos e coexistência pacífica — elaborados na década de 1950, sob a égide de Zhou Enlai (ou Chu En-Lai), um dos principais líderes do PCC (VIZENTINI, 2011). De qualquer maneira, nota-se que, a despeito dessa estratégia de ascensão pacífica como abordagem geral, esse acúmulo de poder chinês não apenas pressiona a conformação da principal disputa de poder mundial de maneira inerente, mas a reestrutura de forma singular, afetando, conseqüentemente, as disputas secundárias, em que se destaca, nesse artigo, a sul-americana.





Essa diretriz oficial de ascensão pacífica, baseada nos princípios supramencionados, se perpetuaria na política externa chinesa até os dias de hoje, sendo pavimentada por meio da esfera político-diplomática para a “construção de pontes para estabelecer uma comunidade de interesses”, segundo o embaixador Sérgio Amaral, ao expressar a perspectiva brasileira sobre as especificidades da trajetória e da política externa chinesas (AMARAL, 2016). Documento importante nesse sentido, e que também trata de maneira mais abrangente a ideia de desenvolvimento pacífico da China, é o *White Paper: China’s Peaceful Development*. Segundo esse documento,

A China declarou ao mundo, em diversas ocasiões, que estabeleceu o caminho do desenvolvimento pacífico e está comprometida a defender a paz mundial, bem como a promover o desenvolvimento comum e a prosperidade de todos os países. No início da segunda década do século XXI e na ocasião do nonagésimo aniversário de fundação do Partido Comunista da China, a China declarou solenemente ao mundo, novamente, que o desenvolvimento pacífico é uma decisão estratégica tomada pela China para se alcançar a modernização, para torná-la forte e próspera, assim como para fazer maior contribuição para o progresso da civilização humana. A China irá inabalavelmente seguir o caminho do desenvolvimento pacífico (CHINA, 2018: 01).

Essa orientação chinesa, como explicitada pelo referido embaixador, teria que ser forjada por meio da construção de canais formais ou informais para discussão e para composição de interesses compartilhados com outros países. Nesse ponto, é notável a associação entre essa orientação expressa e o movimento chinês prático para construção de mecanismos e de instituições de concertação multilateral, centrados nos países do Sul Global. Nessa esfera, a aproximação e o adensamento do relacionamento com o Brasil são significativos e estão associados a essa perspectiva estratégica chinesa mais abrangente (AMORIM, 2015; VIZENTINI, 2011).

Ressalta-se, no entanto, que tal estratégia não confrontacionista não significa que ela seja desprovida de elementos associados às capacidades de poder, como as de intervenção bélica. Apesar dessa retórica oficial, de acordo com o Realismo Ofensivo (MEARSHEIMER, 2001 e 1994) e com a perspectiva do Poder Global (FIORI, 2014), o emprego dos recursos militares, o uso da força, portanto, pode apenas não constituir a primeira ação empregada nos relacionamentos externos e nas manifestações oficiais, mas está sempre presente de maneira latente e constitui uma das áreas prioritárias nas formulações de políticas e nos orçamentos





nacionais. Mearsheimer enfatiza a busca dos países por hegemonia e salienta que o comportamento agressivo seria uma das características preponderantes desse ímpeto para maximização de poder, pois essa seria a estratégia mais lógica para evitar ingerências externas e, em última instância, para a manutenção da própria existência do Estado.

Apreensivos sobre as reais intenções dos demais Estados, e conscientes de que operam em um sistema de autoajuda, os Estados rapidamente compreendem que a melhor maneira de garantir sua segurança é sendo o Estado mais poderoso do sistema. Quanto mais forte for um Estado em relação a seus potenciais rivais, menos provável será que um deles o atacará e ameaçará sua segurança (MEARSHEIMER, 2001: 33).

Cabe destacar, todavia, literatura chinesa que discorda da inevitabilidade de um confronto por hegemonia que recorra ao uso da força entre China e Estados Unidos, cujas interpretações são fundamentadas em duas grandes vertentes (XUETONG, 2011). A primeira destaca a grande gama de interesses comuns e compartilhados entre os dois países, que serviria de base e de incentivo para cooperação capaz de contornar os interesses conflitantes. A segunda enfatiza o papel desempenhado pelas lideranças políticas chinesas de se pautarem pela diretriz da “ascensão pacífica”⁴, pois os líderes mais capazes, e que ocupariam as posições chave do governo, seriam imbuídos de uma moral milenar chinesa, avessa a ímpetos agressivos (XUETONG, 2013). Sobre esse ponto, o Realismo Ofensivo argumenta que não é que a China não possa ascender pacificamente em razão da sua cultura ou da sua política doméstica, mas em razão da estrutura do sistema internacional que impele o país de comportar-se dentro de certos parâmetros e de determinada maneira. Assim, reafirma que as políticas externas seriam elaboradas com vistas a favorecer o acúmulo de poder, em detrimento da construção de cooperações perenes e da manutenção de equilíbrio estrutural do sistema.

Acerca desse ponto sistêmico, nota-se convergência entre o Realismo Ofensivo e a perspectiva do Poder Global, que assevera que, apesar da existência de políticas cooperativas e de estratégias não confrontacionistas, a potência hegemônica está sempre em expansão e, portanto, significativos acúmulos de poder por outros Estados são considerados ameaças. No que se refere à relação bilateral com os Estados Unidos e ao debate acerca de uma possível transição de hegemonias,

4 Para Yan Xuetong, “ascensão pacífica” significa que a China não irá iniciar guerra, mas que se defenderá de maneira veemente caso seja atacada.





a estratégia chinesa de inserção internacional pacífica e de desenvolvimento econômico estaria mais baseada na ideia de cerco, com horizonte temporal de mais longo prazo do que de confronto direto, não obstante o provável incremento de atritos pontuais e possivelmente frequentes, decorrentes dessa disputa de poder.

O que é mais paradoxal é que a própria relação econômica siamesa entre China e Estados Unidos deve aumentar junto com sua disputa regional configurando um quadro em um desafio de enorme complexidade. Nesse contexto, o mais provável é que a disputa e os próprios conflitos se prolonguem e se repitam por muito tempo, e com alto grau de permanente incerteza, como numa partida de *weiqi* — jogo chinês em que a regra básica (como no caso do *go* japonês) é a de cerco contínuo e da coexistência combativa com os adversários, sem que existam jamais vitórias nem vitoriosos definitivos. Uma espécie de jogo de xadrez sem xeque-mate (FIORI, 2014: 184).

Em linhas gerais, interpreta-se que, segundo a perspectiva analítica do Poder Global, a orientação da política externa chinesa, tanto para os países desenvolvidos como para os não desenvolvidos, incluindo o Brasil, certamente, é pautada pelo pragmatismo e pela busca de poder⁵, porém, não procura empregar meios bélicos como primeira estratégia de ação. Aspecto que chama a atenção, entretanto, é a maneira como a política externa chinesa conduz seus posicionamentos em relação ao Sul Global, em que se observa o peso que ela agrega aos agrupamentos dos países não desenvolvidos. Se por um lado esse apoio chinês confere maior força à agenda desse grupo de países, por outro, uma crescente assimetria de poder entre eles gera questionamentos acerca da perenidade desse alinhamento de interesses, suscitando a ideia do Consenso de Pequim e os desafios decorrentes dessa *rationale* para os países do Sul Global.

Consenso de Pequim, adensamento da presença chinesa na região latino-americana e posicionamentos da PEB

Historicamente, ao se observar o caso brasileiro, no que tange mais especificamente às relações bilaterais com a China, essas não foram densas até o final do século XX e começaram a se estabelecer de maneira mais concatenada

5 Nesse sentido, a China, via de regra, não questiona a natureza dos regimes internos dos países com os quais procura o estabelecimento de cooperações mais pontuais ou, até mesmo, de parcerias mais duradouras, posição já demonstrada durante os relacionamentos mantidos com as ditaduras latino-americanas na segunda metade do século XX e com os regimes arbitrários de países africanos.





a partir das últimas duas décadas desse século. O forte crescimento econômico chinês, principalmente a partir da década de 1990, gerava a necessidade do país de expandir parcerias comerciais e presença política em fóruns multilaterais com o intuito de, não somente, incrementar a exportação dos seus produtos, mas, também, de sedimentar fornecedores cruciais de recursos naturais e de energia para atender ao ritmo e às necessidades de insumos desse crescimento acelerado⁶. As indagações que surgiam, por conseguinte, referiam-se a como se dariam esses relacionamentos da China com os países do Sul Global, se estariam mais próximos do ideal de horizontalidade da cooperação Sul-Sul, ou se conformar-se-iam de maneira semelhante ao padrão vertical Norte-Sul, empreendido pelas potências tradicionais (ALTEMANI, 2012 e 2010; FERCHEN, 2011).

Observa-se um esforço para elaboração de atividades de cooperação na área tecnológica já no início da parceria⁷, mas não se percebe transbordamento mais direto dessa concertação em tônica mais horizontal para as áreas econômicas e comerciais nesses primeiros momentos. Essa vertente da relação bilateral, atualmente, é muito mais dinâmica, porém apresenta uma dependência brasileira perante as fortes demandas do mercado chinês. Para caracterizar essas relações econômicas e comerciais contemporâneas, é recorrente na literatura o emprego da expressão “interdependência assimétrica” (ALTEMANI, 2012; FERCHEN, 2013), que a categoriza de maneira a não deixar dúvidas quanto a essa condição vertical.

Esse processo de emergência e de consolidação da China como polo de poder singular suscitou, entre alguns analistas que interpretam as relações chinesas com os países não desenvolvidos privilegiando leitura de alguns aspectos mais assimétricos (RAMO, 2004; ALTEMANI, 2010), a ideia de um Consenso Asiático ou de um Consenso de Pequim. Esse constituiria um polo de poder alternativo ao dos Estados Unidos, com uma interpretação subjacente favorável à construção de um movimento em prol da multipolaridade por parte dos países não desenvolvidos, porém com uma conotação pejorativa em relação à ação chinesa.

Um dos aspectos que parece não estar claro ainda, todavia, é se esse possível movimento contra hegemônico construído por meio da articulação dos países do

6 Não se nota alteração significativa na rota traçada pelo governo chinês com o falecimento de Xiaoping em 1997, diferentemente do que se observa em relação ao de Mao, cerca de vinte anos antes, em 1976.

7 Que remete ainda à década de 1980, com o início da elaboração de projeto conjunto para cooperação no tema do sensoriamento remoto terrestre por meio de satélites (*China-Brazil Earth Resources Satellites* — CBERS). O projeto bilateral foi formalmente assinado em 1988, tendo o primeiro satélite sido lançado em 1999. Atualmente, o projeto ainda se encontra em andamento com a elaboração conjunta da terceira geração de satélites (INPE, 2018).





Sul Global, em que a China exerce função preponderante, constituiria apenas um meio instrumentalizado pela China para se contrapor aos Estados Unidos na disputa pela hegemonia global, como asseveram o Realismo Ofensivo e a perspectiva do Poder Global, e nesse processo, passar a ser o polo dominante nas relações com os países não desenvolvidos ou se, de fato, haveria a construção de uma dinâmica mais horizontal nas alianças políticas e nas cooperações internacionais. Esse suposto Consenso de Pequim estaria baseado em uma rede densa e complexa, imbricando elementos de comércio e de investimento de maneira assimétrica, o que, de acordo com ambas perspectivas teóricas, praticamente constituiria uma nova relação de hegemonia.

De acordo com a lógica desse Consenso, o centro chinês, nevrálgico e definidor dos ritmos e das intensidades dos relacionamentos comerciais, subordinaria os países não desenvolvidos de acordo com suas demandas de recursos naturais e energéticos, ao passo que os investimentos financeiros realizados teriam o objetivo de, não apenas de estreitar os laços políticos e diplomáticos, mas, principalmente, facilitar o acesso e o escoamento desses recursos para aquele país e fomentar a exportação de produtos chineses de maior valor agregado. Pode-se interpretar, portanto, que, nessa comparação, a China ocuparia, de fato, *mutatis mutandis*, a posição dos países do Norte, utilizando a tradicional referência cardeal dos relacionamentos Norte-Sul.

Assim, o eixo geográfico produtivo asiático, liderado pelas áreas mais dinâmicas chinesas, sobretudo nas regiões sudeste e costeira, seria o pivô desse relacionamento para os países não desenvolvidos extra-regionais, ao mesmo tempo que também seria o pivô para os relacionamentos comerciais e econômicos com os países da região, perfazendo uma complexa rede de suprimentos, de produção, de distribuição e de comercialização. Nesse processo, o poder chinês seria incrementado não somente em termos materiais, mas também em termos políticos, em razão dessa densa teia de relacionamentos estabelecidos e, conseqüentemente, das conexões e das dependências criadas.

Essas áreas subordinadas, por conseguinte, não se limitariam às regiões latino-americanas e africanas, mas também englobariam, sobretudo, os países asiáticos, que formariam uma franja nesse continente atrelada à China e gravitando grande parte de suas economias ao redor desse país. Nesse sentido, vale ressaltar que, atualmente, cerca de 60% do comércio asiático ocorre dentro do próprio continente (AMARAL, 2016). A China teve, em média, cerca de 42% do total de suas exportações direcionadas para o continente asiático nos últimos dois anos, ao





passo que foi responsável pela importação de cerca de 51 % do total lá produzido (MIT, 2018). De maneira complementar, observa-se que quanto mais a economia chinesa se desenvolve e se sofisticada, passando a agregar maior valor e tecnologia às suas cadeias produtivas domésticas e integrando-as às Cadeias Globais de Produção (CGP), mais ela tende a expelir e a terceirizar as etapas produtivas mais elementares para as regiões dessa franja (HENDLER, 2018)⁸ — aspecto que, dessa maneira, corrobora a perspectiva de subordinação e, portanto, de dependência e de verticalidade nesses relacionamentos.

Como parte desse processo, observa-se que há avanços para lograr o objetivo de transformar a China em uma economia desenvolvida de renda média. Como indicador dos avanços nesse sentido, nota-se tendência de um crescimento da classe média chinesa, com certo incremento dos padrões de remuneração e de consumo associados a esse segmento da população. Há, conseqüentemente, um aumento da demanda interna, o que estimula a produção de bens e de serviços para atendê-la e fomenta um crescimento econômico também mais alicerçado nessa vertente endógena⁹. Assim, aponta-se a evidência de êxitos no desenvolvimento interno do país, bem como suas conexões com as ações promovidas para a inserção internacional chinesa nas últimas décadas.

Com efeito, percebe-se que os diminutos resultados obtidos pelos países do Sul Global que seguiram as orientações do Consenso de Washington, já notáveis e frustrantes no início do século XXI para aqueles que depositaram expectativas nas medidas preconizadas por esse (VELASCO e CRUZ, 2007; STIGLITZ, 2006 e 2002), e as conseqüências negativas da forte crise eclodida em 2008 abriram maior espaço a ser ocupado e fortaleceram essa presença da China no Sul Global (AMORIM, 2015; AMARAL, 2013). Para a compreensão e exame dessas medidas mais recentes adotadas pela política externa chinesa, no que se refere mais especificamente à região latino-americana, um dos documentos divulgados pelo governo foi o *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* (CHINA, 2016), de 2008.

8 Apesar das dependências e das assimetrias existentes, há diferentes perspectivas acerca do relacionamento bilateral com a China por parte de cada um desses países asiáticos, cujo espectro varia entre avaliações nas quais eles teriam seu processo de desenvolvimento favorecido e avaliações de que esse relacionamento seria deletério e causador de prejuízos decorrentes da dominação (HENDLER, 2018).

9 O que, por sua vez, também se vincula ao processo de urbanização e ao de um certo encarecimento dessa mão-de-obra que vem se tornando um pouco mais qualificada, parcela populacional que cresce, assim como a de pessoas altamente qualificadas, em relação a essa franja de países (FERCHEN, 2013). Esse fato pode ser observado nos crescimentos dos centros populacionais e nas decorrentes valorizações imobiliárias das principais cidades e dos centros dinâmicos da economia do país.





Fatos marcantes em termos de recursos financeiros e simbólicos nesse processo de aproximação foram as visitas oficiais de autoridades chinesas à região, como a da delegação presidencial liderada por Hu Jintao, em 2004, a Brasil, Argentina, Chile e Cuba, na esteira de sua viagem à reunião anual da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês), em que houve anúncio de investimentos que chegariam a cifra dos cem (100) bilhões de dólares na região¹⁰, seguido das negociações e da ida do primeiro ministro Wen Jiabao à reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que ocorreu às margens da Rio + 20 em 2012.

De qualquer maneira, apesar de os números não indicarem que os investimentos anuais chegaram a tanto, têm girado em torno de USD 20 bilhões na média dos últimos três anos, tendo sido de USD 25 bilhões em 2017, o que não deixa de representar crescimento substancial comparado com o valor de menos de USD 2 bilhões em 2004, segundo a Moody's. No que se refere especificamente ao Brasil, estima-se que o país representou cerca de 56% desses investimentos chineses realizados na região entre 2003 e 2016 (MOODY'S, 2018). Número significativo também é o do adensamento comercial ocorrido entre a China e a América Latina e o crescimento exponencial do fluxo transacionado, subindo de cerca de USD 13 bilhões em 2000, chegando a USD 103 bilhões em 2007 (BBC, 2008).

Nesse movimento de aproximação da China com a região sul-americana e do seguimento das articulações políticas, destaca-se a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Foro CELAC-China ocorrida em Pequim no início de 2015, quando houve elaboração de declaração conjunta e assinatura de Plano de Cooperação para o período de 2015 a 2019. Nesse documento, o item três é dedicado ao tema do Comércio, Investimentos e Finanças, com menção explícita à meta de elevação do fluxo comercial para atingir o patamar de quinhentos (500) bilhões de dólares e o incremento dos investimentos mútuos para alcançar a cifra de duzentos e cinquenta (250) bilhões de dólares até o ano de 2025. Essa formalização foi seguida de visita, no mesmo ano, do primeiro ministro Li Keqiang a Brasil, Chile, Colômbia e Peru com o objetivo de dar continuidade e de implementar esse plano de cooperação conjunta. O texto do referido plano explicita, em seu ponto um (01),

¹⁰ Essa cifra incluía também a compra de ativos, de empresas majoritariamente, o que pode ser muito afetado em razão do tamanho das empresas, já que apenas uma negociação pode equivaler a transações com valores muito elevados.





Promover em maior medida o comércio e o investimento entre China e os Estados-membros da CELAC. Trabalhar em conjunto para incrementar o comércio em ambos os sentidos entre China e a região, bem como de forma equilibrada e mutuamente benéfica, em 500 bilhões de dólares e aumentar o estoque dos investimentos recíprocos a pelo menos 250 bilhões de dólares durante os próximos dez anos. Sobre o estoque de investimentos da CELAC, se enfatizam as áreas de alta tecnologia e produção de bens de valor agregado (ITAMARATY, 2015a: 01).

Essas metas dos investimentos e dos fluxos comerciais são extremamente ambiciosas, o que levanta certas dúvidas sobre sua exequibilidade. De qualquer maneira, segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), em 2017 a China foi responsável por 10,2% de toda a exportação da região, ao passo que representou 17,6% de toda a importação, com tendência de crescimento dos volumes em relação ao ano anterior (CEPAL, 2018). O que não se pode deixar de mencionar, todavia, é que, apesar do crescimento do volume do fluxo comercial com a China, nesse agregado regional de 2017 houve um déficit com a Ásia e, por outro lado, um superávit com os Estados Unidos, o que representa variável importante a ser considerada.

Do ponto de vista brasileiro, a dissonância entre o crescimento dos valores dos fluxos comerciais e o dos investimentos da China no país era objeto de críticas recorrentes, que questionavam as motivações chinesas para não serem grandes investidores diretos. Essas críticas foram aplacadas nos últimos anos, em razão dos incrementos significativos dos montantes investidos a partir de 2010, como os dados apontam. Esses investimentos diretos, por sua vez, indicam uma entrada mais substantiva dos capitais chineses adquirindo ativos no país, com destaque para as áreas de infraestrutura¹¹. Essas são chave, não apenas para aprimorar os canais de transporte das matérias primas demandadas, mas, também, para consolidar essa relação por meio de comprometimentos mais perenes de médio e de longo prazos.

Com efeito, é relevante examinar quais seriam as implicações para o processo de integração sul-americano e para as disputas de poder nesse âmbito, considerando as implicações para a posição relativa do Brasil, nessa esfera, do substancial aumento dos fluxos comerciais, dos investimentos e, conseqüentemente, da influência política chinesa na região. Observa-se que não apenas os fluxos comerciais, mas os investimentos diretos chineses são, ao mesmo tempo, um aspecto positivo e um

11 Utiliza-se conotação abrangente do termo, abarcando as áreas de transporte, de energia e de comunicação.





desafio para os países da região. Por um lado, incentivam a economia regional, de maneira geral, e auxiliam a manutenção do seu dinamismo em momentos de crise, de maneira específica, pois contribuem para as exportações, para a entrada de recursos externos e para o próprio aumento da produção.

Por outro, acabam por fortalecer um relacionamento assimétrico, tornando a região muito dependente de apenas um país e de exportações de produtos primários. Sobre esse ponto, é importante destacar as discussões na área do desenvolvimento econômico sobre a essencialidade da indústria e da maior aplicação de tecnologia nos processos produtivos em todos os setores, que perpassaram linhas argumentativas de autores desde os anos 1940, incluindo as contribuições da CEPAL, e que foram sendo adensadas pelos autores mais contemporâneos, alinhados aos preceitos desenvolvimentistas (MORAES, 2006; BIELSCHOWSKY, 2009 e 1988; ESCOBAR, 1995). Aspectos esses que também estão associados às discussões atuais sobre maior reprimarização das pautas de exportação e sobre desindustrialização da região, sérios desafios a serem enfrentados.

Ressalta-se que os projetos de integração física sul-americana (SARTI, 2014 e 2013; FIORI, 2013; FIORI, PADULA e VATER, 2012), área de interesse mais direto e explícito dos investimentos chineses, foram agregados principalmente no âmbito de duas iniciativas mais abrangentes nas últimas duas décadas, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) de 2000¹², e o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), criado no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2011, que a incorporou (COSIPLAN, 2018). A primeira iniciativa supramencionada foi fundamentada por meio da ideia de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), que se vincula diretamente às concepções de corredores de exportação e de regionalismo aberto. Apesar das tentativas de fomentar a integração física regional, observa-se que haveria descentralização e desconexão na abordagem dos projetos nessa iniciativa, em oposição à ideia de grandes projetos estruturantes mais integrados (PADULA, 2014 e 2011).

A COSIPLAN, por sua vez, buscou atenuar essa lógica ao promover maior conexão entre os projetos de infraestrutura e a dinâmica endógena regional, mais vinculada, portanto, às iniciativas político-diplomáticas elaboradas pelos países da própria região. Sofreu reveses, todavia, com a chegada ao poder de grupos mais à direita do espectro político em diversos países da região nos últimos anos, com

12 Criada durante a I Reunião dos Chefes de Estado Sul-Americanos, realizada em Brasília em 2000.





maior tendência de aproximação ao *hegemon* norte-americano e ao paradigma liberal associado, em detrimento dos arranjos políticos e das cooperações regionais.

No que se refere mais especificamente ao Brasil, apesar dessa tendência de orientação da PEB privilegiar o paradigma liberal associado e de posicionamento mais próximo dos Estados Unidos a partir de 2016, constata-se que foram firmados entre o país e a China uma série de mecanismos oficiais para a sistematização do relacionamento e da agenda bilateral nos últimos anos, que constituem marcos normativos e conferem certo lastro de permanência ao relacionamento bilateral. Não se pode deixar de lado, ademais, que a China é o principal destino das exportações brasileiras desde 2009 e o principal parceiro comercial do país desde 2012, com a existência de superávits. Sobre essa articulação, nota-se que houve um adensamento das formalizações, como demonstrado pelo trecho abaixo, extraído de documento oficial do governo brasileiro, em que há evidenciação e enumeração desses mecanismos.

Em 1993, Brasil e China estabeleceram uma “Parceria Estratégica” e, em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), que define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais. Versão atualizada do Plano, com vigência de 2015 a 2021, foi firmada pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang em maio de 2015. Em 2012, por ocasião da visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, as relações foram elevadas ao nível de “Parceria Estratégica Global”, estabeleceu-se o Diálogo Estratégico Global entre Ministros das Relações Exteriores, e firmou-se o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). O PAC, por sua vez, define objetivos, metas concretas e direções para a cooperação bilateral, com vistas a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral em todas as suas dimensões — bilateral, plurilateral e multilateral —, com propósitos específicos e mecanismos de monitoramento para as Subcomissões da COSBAN e para o Diálogo Estratégico Global (DEG) (ITAMARATY, 2019a).

Por conseguinte, há compromissos assumidos em diversas áreas essenciais para o desenvolvimento econômico e para a inserção internacional do país, principalmente nas áreas de infraestrutura, como os assinados durante a visita de delegação chinesa ao Brasil em 2015. Naquela ocasião, mais de trinta acordos bilaterais foram firmados, perfazendo uma perspectiva de cerca de cinquenta (50) bilhões de dólares de investimentos em seu total, segundo Graça Lima (ITAMARATY, 2015b). Pecequillo e Junqueira analisam essas iniciativas de





maneira sumarizada, entretanto, já expressam questionamentos acerca da sua operacionalização em razão da inflexão ocorrida no governo brasileiro em 2016 e no conseqüente afastamento do paradigma universalista.

Em resumo, o Plano de Ação Conjunta não apresenta grandes novidades em relação ao Plano Decenal. Afinal, foram mantidas suas linhas principais: o diálogo, o respeito à soberania, os projetos para transferir tecnologia e o esforço para atenuar as assimetrias comerciais bilaterais. Da mesma forma, não há sinalização de uma implementação sustentada, realidade causada pela desaceleração econômica mútua e, principalmente, a crise política nacional. Assim, permanecem instáveis as perspectivas para 2016 e a relação bilateral Brasil-China poderá perder novas oportunidades, ao não se aprofundar ou dar continuidade aos projetos, sejam eles os de 2012 ou os de 2015 (PECEQUILO E JUNQUEIRA, 2016: 04).

Além das relações bilaterais do Brasil com essas duas potências, um dos aspectos mais relevantes desse debate, como mencionado, também perpassa a relação entre elas. Apesar da diretriz e da retórica oficial chinesa de ascensão pacífica, como explicitadas nos documentos examinados, a leitura geral do atual governo norte-americano é de que a China representa um desafio à sua hegemonia global, em que se apontam explicitamente as práticas desleais de comércio e os efeitos deletérios dessas para os Estados. Os recentes atritos comerciais, sumarizados pela ideia de “guerra comercial”, atestam esse fato de maneira mais abrangente. Especificamente sobre a maior presença chinesa na região latino-americana, tradicional área de influência dos Estados Unidos, a subsecretária do Departamento de Estado para assuntos do Hemisfério Ocidental, a Sra. Kimberly Breier, afirmou de maneira veemente a atual percepção do governo norte-americano,

Na América Latina e no Caribe, a China frequentemente se afasta das normas internacionais e, quando o faz, suas práticas possibilitam a corrupção, corroem a boa governança e ameaçam a soberania estatal — o governo chinês e as empresas chinesas têm engajado um comportamento no hemisfério que prejudica a soberania e a segurança nacional tanto dos Estados Unidos, quanto dos parceiros democráticos nas Américas (BREIER, 2019).

Acerca desse ponto, vale destacar que o Realismo Ofensivo argumenta que a expansão hegemônica teria como primeira e necessária etapa a hegemonia regional. As variáveis geográficas seriam determinantes para a elaboração da estratégia para essa expansão, porquanto teriam que ser consideradas nos cálculos para as





projeções de poder. Nesse sentido, haveria menor incentivo e probabilidade de potências localizadas fora dos contornos de determinada região intervirem mais diretamente. A potência hegemônica regional, por sua vez, teria maiores incentivos e atuaria de maneira mais enfática para cercear a ascensão de rivais dentro de sua área geográfica mais imediata, pois agiria com maior desenvoltura e disposição para manter sua posição de liderança regional (MEARSHEIMER, 2011). Logo, sob essa ótica, os Estados Unidos teriam maior incentivo para bloquear incremento de poder de países rivais na sua região, o que poderia se aplicar ao caso do Brasil na região sul-americana, com vistas a evitar rivalidade ameaçadora de sua hegemonia. De qualquer maneira, com o acúmulo de poder suficiente, potências externas tenderiam a, cada vez mais, projetar poder sobre áreas para além da sua região imediata. Nesse sentido, o incremento de poder amealhado pela China ocasionaria maior presença desse país na América Latina, perfazendo, de fato, uma tendência previsível e provocando, conseqüentemente, uma reação estadunidense.

Não obstante essa dinâmica e os potenciais antagonismos entre as duas principais potências mundiais, a importância dessas duas relações bilaterais é central para a PEB. Ressalta-se que a parceria mais densa tecida entre Brasil e China também se vincula ao papel de liderança que foi buscado pelo Brasil nos agrupamentos políticos constituídos como representantes dos temas e das demandas mais prementes dos países do Sul Global até 2016, incluindo a criação da UNASUL, em 2008, como mecanismo mais amplo de coordenação da região sul-americana. Assim, uma das questões mais significativas nesse processo contemporâneo refere-se à relação entre essas duas vertentes da política externa brasileira, a de cunho mais vinculado ao paradigma americanista e a de cunho mais voltado à dimensão do paradigma universalista, na qual o relacionamento com a China se demonstrou importante para a projeção internacional brasileira como um dos protagonistas do movimento para o fortalecimento das posições dos países do Sul Global e, concomitantemente, para a construção de movimento para a desconcentração de poder mundial e, portanto, em favor da multipolaridade.

Conclusões

Mesmo considerando a ideia propagada oficialmente pelo governo chinês de ascensão pacífica e de não confrontação, dúvidas ainda pairam sobre a dinâmica da relação entre a China e os demais países do Sul Global, em que a





assimetria de poder imprimiria tônica interativa mais associada à lógica Norte-Sul, conformando o suposto Consenso de Pequim. À luz dessa lógica e sob o prisma teórico do Poder Global, pode-se argumentar que a China, em razão de seu acúmulo de poder, estaria se distanciando do grupo de países questionador da hierarquia internacional estabelecida pelo *status quo* e se estabelecendo no grupo de países líderes, como protagonista cada vez mais relevante dentro das instituições tradicionais, bem como com a proposição de mecanismos políticos e financeiros alternativos. De maneira complementar e relativamente análoga, sob o ângulo do Realismo Ofensivo, o ímpeto expansionista chinês teria foco primário na sua região imediata, porém não se limitaria a ela e buscaria projeção de poder ao redor do globo, incluindo as próprias regiões tradicionalmente sob influência dos Estados Unidos, abarcando, também, a região latino-americana.

Na esteira desse processo sistêmico, o adensamento da coordenação da disputa de poder sul-americana, liderada pela PEB, dificultaria uma fragmentação do processo de integração regional perante ímpetos desmedidos atrelados ao liberalismo associado e, analogamente, perante as iniciativas chinesas de investimentos, estando, portanto, menos vinculado a uma lógica extrativista e mais associado a um processo endógeno de desenvolvimento econômico e social e, por conseguinte, em maior consonância com o paradigma universalista e com a ideia de fortalecimento da multipolaridade.

No que tange mais especificamente ao Brasil, a PEB também enfrenta aspectos positivos e negativos dessa mesma dinâmica, além de outros desdobramentos particulares para as articulações multilaterais com a China em fóruns políticos, como o BRICS. Entre os riscos mais relevantes, destaca-se o contraste a uma posição de liderança regional brasileira e um enfraquecimento das iniciativas empreendidas para o fortalecimento dos processos de integração regional, incluindo as iniciativas para integração física. Aqui, nota-se não exatamente o atrelamento da disputa regional à principal disputa de poder global de maneira coordenada, na qual o Brasil seria um dos principais interlocutores e capaz de articular as demandas e as iniciativas regionais, mas uma dinâmica de maior pulverização das articulações políticas e de cooperação dos países da região ao se vincularem, de maneira desconexa, diretamente à China.

Sobre esse aspecto, salienta-se, novamente, que os investimentos diretos chineses realizados são, via de regra, em setores vinculados à infraestrutura, central para qualquer processo de desenvolvimento. Esse é ponto essencial para a compreensão de como se consolida essa associação entre a região e a China, e





para a compreensão de se essa dinâmica está mais associada à reprodução de uma lógica extrativista para os mercados externos, sendo o chinês o mais favorecido em razão da alta demanda e das facilidades que estão sendo construídas para os escoamentos da produção com vistas a aumentar a fluidez das rotas destinadas a esse país, ou se esses investimentos contribuem e complementam as necessidades de recursos financeiros para a promoção de sinergias endógenas regionais. Se esse último caso for preponderante, haveria um fortalecimento dos processos físicos de integração, bem como maior aproximação entre os mercados dos países da região, respaldando os projetos políticos regionais e melhor conectando-os às Cadeias Globais de Produção.

Se o primeiro caso prevalecer, esses investimentos constituiriam um elemento desagregador entre os países da região, em que se acentuariam assimetrias e incentivariam conflitos, pois haveria substancial competição entre eles, no âmbito da disputa regional de poder, para se vincularem ao eixo extra-regional, em consonância com as demandas chinesas e em detrimento da lógica orientadora da COSIPLAN. As exportações brasileiras para a região também teriam a tendência de serem, cada vez mais, contrastadas pela competição chinesa, deslocando a posição brasileira nesses mercados em que a pauta de produtos manufaturados de maior valor agregado é significativa.

Perante essa circunstância, as principais potências regionais, com destaque para o Brasil, estariam em situação menos favorável diante da rivalidade chinesa, porém poderiam buscar e propor alternativas, sobretudo na esfera das instituições políticas da região que tivessem o objetivo de direcionar esses investimentos mais de acordo com as iniciativas políticas e econômicas regionais. Isso possibilitaria certa confluência entre as necessidades chinesas de obtenção de recursos primários e os projetos de integração física da região. Essa perspectiva, todavia, é colocada em xeque e eclipsada com a saída brasileira da UNASUL em março de 2019 e com a formação do Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL)¹³ (ITAMARATY, 2019b), mais vinculado ao paradigma liberal associado e ao *hegemon* norte-americano. Diante desse esvaziamento da UNASUL¹⁴, cabe acompanhar como se darão os apoios políticos e as atividades implementadas no âmbito da CELAC, sobretudo o andamento do Fórum China-CELAC (VADELL, 2018), bem como a relação dessa com o PROSUL.

13 Além do Brasil, composto por Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru.

14 Além do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru também haviam suspenso a participação na UNASUL em abril de 2018 (ITAMARATY, 2019b).





Os percalços internos brasileiros também fortaleceram essa tendência, com a comprovação de inúmeros casos de corrupção que envolveram empreiteiras nacionais nos últimos anos. Ademais, o afastamento do grupo político-partidário que defendia a importância das iniciativas de aproximação política regional e do seu projeto de institucionalização, no contexto do impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016 e da ascensão de grupos político-partidários rivais ao principal cargo do poder Executivo, mais próximos do paradigma americanista, assim como críticos dos projetos de integração regional como centrais para a PEB e da ideia de maior articulação coordenada entre a disputa regional de poder e a principal disputa global, contribuiu para o fortalecimento dessa tendência.

Em ambos os casos, no entanto, há que se considerar que, além das aproximações políticas, os investimentos financeiros realizados, sobretudo em infraestrutura, correspondem a comprometerimentos de médio e de longo prazos, em razão de perfazerem capital fixo que estabelecem conexões físicas transnacionais e que perpassam enormes distâncias, interligando produtores e compradores de maneira perene. Logo, os custos de alteração desses fluxos e dessas rotas se tornam substancialmente elevados, dificultando possíveis trocas de parceiros nas duas pontas, porém sendo mais significativos ainda para a região sul-americana, tendo em vista a proporção e a importância que as exportações de produtos primários ocupam, não apenas para a China, na pauta comercial dos países que compõem essa região.

De qualquer maneira, cabe destacar que, apesar dessa tendência atual de orientação da PEB de privilegiar o paradigma liberal associado e de posicionamento mais próximo dos Estados Unidos, constata-se que foram firmados entre o Brasil e a China uma série de mecanismos oficiais para a sistematização do relacionamento e da agenda bilateral nos últimos anos, que constituem marcos que conferem certo lastro de permanência ao relacionamento bilateral. Acerca das possibilidades de coadunação das relações bilaterais brasileiras com as duas principais potências mundiais, conquanto esses relacionamentos não sejam necessariamente excludentes, eles também são influenciados pelo nível de antagonismo que se estabelece entre as duas potências e a margem de manobra existente para a PEB. O que se ressalta, todavia, é que, em períodos de questionamento ou de transição de hegemonias, essa margem tende a ser ampliada porquanto há a possibilidade de melhor barganhar os posicionamentos e os apoios, bem como de ocupar espaços deixados em decorrência dos atritos existentes entre as potências. A incapacidade de articular os interesses dos países vizinhos, entretanto, também gera questionamentos





sobre os efeitos deletérios de uma fragmentação dos processos de integração sul-americanos, independentemente de qual seja o *hegemon* global, para a inserção internacional e para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e dos países da região.

Referências

- ALDEN, Chris. *China in Africa*. London: Zed Books, 2007.
- ALTEMANI, Henrique. *Brasil e China: uma nova aliança não escrita?* Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) n°53, 2010. p. 88-106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/05>> . Acesso em: 12 dez. 2018.
- ALTEMANI, Henrique. *Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.
- AMARAL, Sérgio. *As relações entre Estados Unidos e China como eixo de reestruturação da ordem internacional*. In: palestra proferida no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), 24 de novembro de 2016. Rio de Janeiro, 2016.
- AMARAL, Sérgio. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. (Org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2013. p. 417- 430.
- AMORIM, Celso. Grande Estratégia: política externa e defesa em um mundo em transformação. *Austral Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 4, n. 7, 2015, p. 09-21. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/57774/35241>> . Acesso em: 20 jan. 2019.
- BBC. Análise: Crescimento da China é crucial para América Latina superar crise. *BBC Brasil*. 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081020_chinaeconomiaalfn.shtm> . Acesso em: 13 ago. 2018.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neo estructuralismo. *Revista da CEPAL*, n. 97, 2009, p. 173-194. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/11278>> . Acesso em: 10 jan. 2018.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BREIER, Kimberly. *Beyond the Silk and the Silver: China's new road in the America*. Americas Society and Council of the Americas. 2019. Disponível em: <<https://livestream.com/accounts/10889746/events/8644782/videos/190502973>> . Acesso em: 02 maio. 2019.
- BRESLIN, Shaun. Entendendo a ascensão regional chinesa. In: SPECKTOR, Mathias e NEDAL, Dani. *O que a China quer?* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. Cap. 2, p. 33-61.





- CEPAL. *China and Latin America and the Caribbean Strengthen their Trade Ties: Exports Will Grow 23% in 2017*. Disponível em: < <https://www.cepal.org/en/news/china-and-latin-america-and-caribbean-strengthen-their-trade-ties-exports-will-grow-23-2017> > . Acesso em: 04 dez. 2018.
- CEPAL. *Statistical Bulletin n° 30, International Trade in Goods in Latin America and the Caribbean*. 2017a. Disponível em: < https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43647/1/Boletin_estadistico_30_en.pdf > . Acesso em: 04 dez. 2018.
- CHINA. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. 2016. Disponível em: < http://www.china.org.cn/world/2016-11/24/content_39777989.htm > . Acesso em: 23 jan. 2019.
- CHINA. White Paper: China's Peaceful Development. Disponível em: < <http://in.chineseembassy.org/eng/zt/peaceful/t855717.htm> > . Acesso em: 13 out. 2018.
- CIA. Central Intelligence Agency. Worldfact Book. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> > . Acesso em: 20 out. 2018.
- COSIPLAN. Histórico. Disponível em: < <http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=121> > . Acesso em: 12 dez. 2018.
- ELLIS, Evan. *China in Latin America: the whats and wherefores*. Lynne Rienner Publishers: Colorado, 2009.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FERCHEN, Matt. As Relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, vol. 19, n. 1, 2011, p. 105-130. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/08.pdf> > . Acesso em: 15 jan. 2019.
- FERCHEN, Matt. Whose China Model is it anyway? The contentious search for consensus. *Review of International Political Economy*, n.20, 2013, p. 390-420. Disponível em: < http://media.library.ku.edu.tr/reserve/resspring16/Intl380_ZOnis/12.Washington.pdf > . Acesso em 05 dez. 2018.
- FIORI, José Luís. *História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FIORI, José Luís. O Brasil e seu "Entorno Estratégico" na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap1, p. 31-52.
- FIORI, José Luís; PADULA, Raphael; VATER, Maria Claudia. A Projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o Controle da Bacia do Atlântico Sul. In: GOMES, Gerson. *Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013. Cap1., p. 9-212.





- FOOT, Rosemary. *O poder chinês e a ideia de um país responsável*. (Orgs.) Mathias Specktor e Dani Nedal. In: *O que a China quer?* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- FRANKOPAN, Peter. *The Silk Roads*. New York: Vintage Books, 2017.
- GACINT. Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP. China e suas mudanças recentes. Número 18, 2012. Disponível em: < <http://143.107.26.205/documentos/DebatesGacint16.pdf> > . Acesso em 14 de dezembro de 2018.
- HENDLER, Bruno. *O sistema sinocêntrico revistado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, 2018.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Histórico. 2018. Disponível em: < <http://www.cbears.inpe.br/sobre/historia.php> > . Acesso em: 13 dez. 2018.
- IKENBERRY, Gilford John. A ascensão da China e o futuro do Ocidente: o sistema liberal sobreviverá? In: SPECKTOR, Mathias e NEDAL, DANI. *O que a China quer?* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. Cap. 3, p. 63-81.
- ITAMARATY. Ficha País — China. 2019a. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china> > . Acesso em: 12 jan. 2019.
- ITAMARATY. PROSUL. 2019b. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-prosul> > . Acesso em: 14 abr. 2019.
- ITAMARATY. Plano de Ação Conjunta CELAC-CHINA (2015-2019). 2015a. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_CELAC/PLCOOP.2015ENG.pdf > . Acesso em: 03 dez. 2018.
- ITAMARATY. Entrevista coletiva concedida pelo Embaixador Graça Lima em razão da visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil. 2015b. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5XatMKkgCOc> > . Acesso em: 05 nov. 2018.
- KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.
- MEARSHEIMER, John. The false promise of international institutions. *The MIT Press*, v. 19, n. 3, 1994, p. 05-49. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/2539078?seq=1#page_scan_tab_contents > . Acesso em: 10 set. 2018.
- MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. New York: Norton, 2001.
- MIT. Massachusetts Institute of Technology. The Observatory of Economic Complexity. Disponível em: < <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/#Destinations> > . Acesso em: 18 set. 2018.
- MOODY'S. Chinese investment increases in LatAm. 2018. *Agência Peruana de Notícias*. Disponível em: < <https://andina.pe/ingles/noticia-moodys-chinese-investment-increases-in-latam-715313.aspx> > . Acesso em: 25 out. 2018.





- MOORE Jr., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na criação do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES, Reginaldo. *Estado, desenvolvimento e globalização*. São Paulo: UNESP, 2006.
- PADULA, Raphael. Da IIRSA ao COSIPLAN da UNASUL: a integração da infraestrutura da América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antônio. *O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 291-352.
- PADULA, Raphael. O regionalismo aberto e a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). In: COSTA, Darc. *América do Sul: integração e infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011. p. 143-208.
- PECEQUILO, Cristina; JUNQUEIRA, Emerson. Uma Visão Comparada das Relações Brasil-China: O Plano Decenal (2012) e o Plano de Ação Conjunta (2015). *Mundorama — Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*, n. 2, 2016. Disponível em: < <https://www.mundorama.net/?p=18392> > . Acesso em: 05 jan. 2019.
- RAMO, Joshua Cooper. *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*. London: Foreign Policy Centre, 2004.
- SARTI, Ingrid. *Desafios da integração ampliada da América do Sul*. In: SARTI, LESSA, PERROTTA e CARVALHO (Orgs.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no Século XXI*. Rio de Janeiro: Per Se, 2013.
- SARTI, Ingrid. *Integração sul-americana, os desafios de um projeto estratégico*. In: SARTI, Ingrid; MARTINS, José Renato Vieira; LESSA, Mônica Leite; CARVALHO, Glauber Cardoso (Orgs.). *Os desafios da integração sul-americana: autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014. Apresentação. p. 07-12.
- STIGLITZ, Joseph. *Making Globalization Work*. New York: Norton, 2006.
- STIGLITZ, Joseph. *Globalization and its discontents*. New York: Norton, 2002.
- VADELL, Javier Alberto. O Fórum China-CELAC e o novo regionalismo para um mundo multipolar: desafios para a Cooperação Sul-Sul. *Revista Carta Internacional*. Belo Horizonte, v.13, n.1, maio 2018, p. 06-37. Disponível em: < <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/733> > . Acesso em: 02 mar. 2019.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- XUETONG, Yan. *Inertia of History: China and World in Future Ten Years*. Pequim: CITIC Press Group, 2013.
- XUETONG, Yan. *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011.

